

ESTADO E DESENVOLVIMENTO NO PENSAMENTO DE OCTAVIO IANNI

Jeanne Gomes de BRITO¹

■ **RESUMO:** O presente artigo analisa os estudos do sociólogo Octavio Ianni acerca da concepção do desenvolvimento brasileiro, da década de 1930 até os anos de 1960. Para isso, destaca o processo de transição do capital agrário-exportador para o capital urbano-industrial, considerando as mudanças e permanências resultantes. Nesse sentido, o artigo contempla o modo como o Estado Patriarcal se transformou em Estado Burguês, sugerindo que a natureza desse Estado, que se metamorfoseou, compreendeu a dinamização da industrialização do país, após 1930. Também são analisados no texto os motivos políticos, econômicos e ideológicos que culminaram no colapso do populismo e na conflagração de Estado de 1964.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Octavio Ianni. Pensamento político. Estado. Sociedade civil. Populismo. Industrialização. Desenvolvimento.

Mudanças e permanências: a coexistência dos mundos agrário-comercial e urbano-industrial

A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção e, por conseguinte, todas as relações sociais. [...] A transformação contínua da produção, o abalo incessante de todo o sistema social, a insegurança e o movimento permanentes distinguem a época burguesa de todas as demais. As relações rígidas e enferrujadas, com suas representações e concepções tradicionais, são dissolvidas, e as

¹ FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ituverava. Ituverava – SP – Brasil. 14500-000. jeannegomes2004@yahoo.com.br.

mais recentes tornam-se antiquadas antes que se consolidem. Tudo o que é sólido desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas.

Friedrich Engels e Karl Marx (Manifesto do Partido Comunista).

As ideias de mudança e permanência, além de refletirem as transformações do processo histórico brasileiro, também traduzem as metamorfoses vividas por Octavio Ianni ao longo de sua trajetória intelectual. Em outros termos, nota-se que apesar das inflexões temáticas e metodológicas ocorridas em sua obra, Ianni não perdeu o foco analítico que percorre os seus estudos.² Ou seja, ele buscou compreender o lugar do Brasil no capitalismo mundial, assim como os obstáculos que o havia impedido de se tornar moderno. Pensar o Brasil sempre foi uma preocupação de Octavio Ianni. Seus primeiros estudos expressaram sua inquietação a respeito da desagregação da ordem escravocrata, em especial, das dificuldades vivenciadas por negros e mulatos para se inserirem no universo democrático brasileiro.

A partir do final da década de 1950, com o início de seus estudos acerca da principal obra de Karl Marx, *O Capital*, Ianni assumiu o referencial teórico-metodológico do materialismo histórico para a elaboração de suas análises. Todavia, cabe ressaltar que Ianni não desprezou outros referenciais analíticos, a esse respeito basta considerar a presença de Max Weber em importantes passagens de sua produção. Contudo, se nesta produção fosse considerado o tipo ideal puro weberiano de capitalismo, é bastante provável que se afirmasse, precipitadamente, que o Brasil não se encaixava num modelo de desenvolvimento do capitalismo ocidental.

Diante do exposto, é aceitável sugerir que o Brasil desenvolveu um capitalismo singular. Enquanto esse país surgia como colônia de Portugal, a Europa transitava para o capitalismo do tipo mercantil. No mesmo sentido, somente na virada do século XIX para o XX é que aconteceu a transição de uma sociedade baseada no trabalho escravo para uma fundamentada no trabalho livre.

² Vale lembrar que das pesquisas acerca das relações raciais, Ianni passa a analisar o processo de industrialização e a ação do Estado brasileiro.

Contudo, deve-se considerar que as mudanças de um tipo de economia e de sociedade não acontecem de forma automática, haja vista a presença de valores de uma sociedade escravista no interior da sociedade industrial e inclusiva.

Portanto, partindo dessa perspectiva Ianni afirmou que o mundo urbano-industrial efetivamente se instaurou no Brasil depois da Revolução de 1930, trazendo consigo os valores democráticos, a exemplo da reformulação das leis trabalhistas e eleitorais; e o processo de racionalização inerente à sociedade inclusiva. Porém, apontou que a industrialização consistiu num processo econômico que continha em si traços marcantes da organização política, econômica e social do período da escravidão, momento qual o Brasil se caracterizava como um país predominantemente agrário e exportador.³

Partindo da obra de Weber, Ianni constata que o progresso em direção ao funcionalismo burocrático compreende critério unívoco da modernização do Estado, tanto do monárquico quanto do democrático, tendo em vista que a

[...] democracia, do mesmo modo que o Estado absoluto, elimin[ou] a administração mediante notáveis feudais, patrimoniais, patrícios ou outros que exerc[iam] como cargo honorífico ou hereditário, em favor de funcionários contratados (WEBER, 1994, p. 529).

De outro modo, Ianni verifica que no Brasil coexistiram duas formas de desenvolvimento burocrático: uma que se caracterizou pela incorporação de técnicas e normas racionais, e outra, que se constituiu diante da permanência de elementos patrimoniais de administração e dominação, como o coronelismo, o nepotismo e o favoritismo.

Dentro desse ambiente marcado pelo predomínio da tradição, Ianni resgatou o conceito de *homem cordial*, formulado por Sérgio Buarque de Holanda. Para Ianni, o homem cordial seria uma espécie de reflexo da mentalidade do mundo rural. Já para Jessé de Souza o *homem cordial* era o inverso perfeito do protestante ascético definido por Weber⁴, nesse sentido, cabe ressaltar que:

³ Essa questão foi elaborada por Ianni em seu livro *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*, que foi publicado em 1963.

⁴ Deve-se destacar uma de suas mais importantes contribuições a obra: *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, a princípio publicada sob a forma de dois longos artigos, em 1904 e 1905. Nessa obra, Weber objetivou demonstrar que ainda que tenha havido formas econômicas que visaram o avanço do capital, em países como a China ou a Índia, a finalidade desse estudo era focar uma época histórica

Apenas o homem cordial é concebido como negatividade pura, entidade amorfa dominada pelo conteúdo emotivo imediato e pela necessidade desmedida de reconhecimento alheio. Como resultado, daí a caractereologia do homem cordial ser a essência do livro, não temos aqui nem mercado capitalista moderno nem democracia digna desse nome (SOUZA, 1999, p. 35).

Na perspectiva de Ianni, o favoritismo, o coronelismo e o nepotismo eram manifestações desse universo burocrático que estava impregnado pela mentalidade do homem cordial. Assim, a burocracia desenvolvida no Brasil teria se convertido num entrave para o desenvolvimento da ordem social democrática e da aceleração de determinadas transformações estruturais. Com isso, tanto o setor da administração pública, quanto a esfera privada das empresas clônicas estavam envolvidos pelo critério do patriarcalismo, no qual as escolhas para a ocupação de um cargo, por exemplo, eram realizadas por meio de favores ou vínculos familiares, sem que isso passasse pelo critério da qualificação profissional.

Essa questão acerca da qualificação profissional pode ser percebida como uma ponte entre a discussão sobre a burocracia brasileira, diagnosticada como uma patologia social, e a questão da educação, enquanto elemento chave para a ampliação da racionalidade com vistas a elevar o desenvolvimento industrial e consolidar a democracia. Dito de outra forma, é preciso esclarecer que, além dos fatores estruturais, outros também contribuíam para o crescimento econômico, por isso, Ianni abordou as transformações pelas quais passou o universo racional no que tange à educação e ao mundo do trabalho.

Num certo sentido, em particular no texto “Exigências educacionais do processo de industrialização” (1959), escrito em parceria com Fernando Henrique Cardoso, Ianni demonstrou em sua análise um “realismo instrumental imediatista”, que foi

específica, assim como um espaço geográfico restrito do desenvolvimento do capitalismo na Europa Ocidental, e também, nos Estados Unidos da América, à medida que foi nessas regiões que se encontrou um *ethos* capitalista particular (WEBER, 2000). Em outros termos, foi na Europa Ocidental e nos Estados Unidos que houve uma convergência da lógica do protestantismo ascético, dividido em quatro correntes: o calvinismo, o metodismo, o pietismo e as seitas batistas, em especial do calvinismo, com as exigências do mundo moderno, haja vista que o crente era orientado a se dedicar ao trabalho com vistas à salvação da sua alma, sendo que a acumulação de riquezas não era enxergada de forma negativa, desde que o calvinista estivesse cumprindo os seus deveres de acordo com as concepções puritanas que, todavia, exigiam uma conduta disciplinada na vida cotidiana regida pela moral. Portanto, a vocação puritana era favorável e estimulante (não determinante) à organização do trabalho e à acumulação capitalista. Desse modo, deu-se a racionalização da vida econômica, fator que caracterizou o capitalismo moderno.

responsável por enfatizar a necessidade de ocorrer uma aceleração na qualificação de profissionais técnicos de acordo com as exigências do mercado de trabalho. Essa melhora no quadro visava impulsionar a industrialização. Nessa ótica, ambos os autores trabalharam com o conceito de demora cultural e, por conseguinte, apontaram a existência de um hiato entre o desenvolvimento educacional e as condições socioeconômicas da sociedade brasileira.

Ianni e Cardoso chamaram a atenção para a necessidade de que fosse realizada uma revolução científica, isto é, “[...] uma transformação nos métodos tradicionais de pensamento e criação intelectual, e, portanto, nos de ensinar a pensar e produzir intelectualmente [...]”, pois “[...] [s]em a transformação dos conhecimentos científicos em instrumentos de conhecimentos técnicos, acrescentamos nós, não se realizaria a revolução industrial” (IANNI, 1963, p. 239).

No entanto, nos demais textos relativos à questão educacional, também encontrados no livro *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil* (1963), Ianni direcionou a sua reflexão num sentido diferente do exposto anteriormente. Logo, a educação passou a ser vista numa perspectiva mais humanista, à medida que ela seria capaz de transformar os indivíduos em cidadãos. Ianni passou a compreender que o crescimento da urbanização e industrialização requeria que o sistema de ensino estivesse voltado à profissionalização e à ascensão social. Nesse contexto, as novas e complexas formas de dominação se aliaram às formas tradicionais, criando, redefinindo e/ou preservando o sistema educacional de modo a privilegiar uma elite. Assim, ao estar organizada no âmbito de uma sociedade estratificada em classes sociais, a instituição escolar não conseguia efetivar os ideais democráticos. Nessa linha,

É preciso que se destruam ideais da antiga civilização agrário-comercial, onde se preconizava a formação falsamente humanística, apoiada numa cultura geral estéril, decorativa, que sómente serviria à preparação dos líderes e ideólogos dos grupos dominantes. A cátedra vitalícia, a farsa da cultura geral, o bacharelismo retórico, a preservação e ampliação do ensino privado (leigo e confessional), os currículos inadequados à formação de profissionais e pesquisadores competentes – êsses são alguns dos remanescentes de um ensino

tradicional orientado no sentido de formar “elites” divorciadas das “massas”, às quais nada ou muito pouco se dá (IANNI, 1963, p. 203).⁵

Portanto, baseando-se em algumas ideias de Fernando de Azevedo, Octavio Ianni afirmou que a educação consistia numa instituição social que deveria ser organizada para servir às necessidades da coletividade e não estar voltada para obedecer aos interesses da classe dirigente.

Além disso, argumentou Ianni, o proletariado não tinha a consciência de que poderia se qualificar profissionalmente, realizar a sua mobilidade social, ou ainda, se tornar um cidadão por intermédio da escola pública, por isso tal classe não lutava para a sua expansão. Na verdade, a instituição escolar não estava voltada para suprir as necessidades do operariado; este último também não via significado em sua própria qualificação, na medida em que os valores patrimoniais se reproduziam nas relações de trabalho em todo o Brasil. Em outros termos, a profissionalização e a mobilidade se mantinham vinculadas à ascendência familiar e étnica, à fortuna e às ligações políticas.

Nas palavras de Ianni:

Para os que se encontram prêso econômica, política e ideologicamente ao ensino privado, é fundamental a manutenção desse tipo de alienação, contra a qual lutam aqueles que defendem a escola pública gratuita e aberta a todos. Eles estão preocupados com a preservação de instituições educacionais que formem cidadãos insuficientemente preparados para a plena compreensão de sua posição na sociedade, isto é, na história. Indivíduos parcialmente elaborados, ou deformados, na acepção política do termo; mas submissos, dóceis a todo tipo de exploração (IANNI, 1963, p. 264).

Diante do exposto é possível perceber a tensão existente entre a convivência dos padrões de comportamento racionais e com os patrimoniais. Como o próprio Ianni enfatizou, se, por um lado, os valores tradicionais presentes nas empresas clânicas faziam parte do processo de transição econômico-social e, de certo modo, eram positivos para o lucro da empresa, por outro, esses mesmos valores impossibilitavam que os assalariados

⁵ Manteve-se a ortografia original nas citações.

se organizassem nas esferas política e ideológica de forma independente dos princípios do patrão.

Contudo, com a expansão do sistema capitalista e a inserção de normas racionais, tanto a organização produtiva, quanto a estrutura administrativa das empresas clônicas passaram a estar aquém das necessidades do mercado. Isso resultou numa redefinição da postura política do operário, pois o *seu comportamento passou a ser orientado segundo fins racionalmente formulados*, haja vista que ele passou a lutar, gradativamente, pelos seus direitos trabalhistas e civis.

A ação do Estado burguês na constituição do capitalismo industrial no Brasil

Durante o processo de formação do capitalismo no Brasil, nota-se que a industrialização foi marcada, em sua gênese, pelo capital agrícola. Na passagem de um tipo de organização produtiva a outro foram sendo constituídos o capital comercial e o financeiro. Nesse sentido, tornou-se aceitável sugerir que as indústrias emergiram a partir de três formas de empreendimento: 1) as aplicações de capitais dos cafeicultores; 2) as poupanças de imigrantes, em particular, para as empresas fabris, e 3) os capitais externos (IANNI, 1965b).

Todavia, apesar do capital industrial ter nascido da acumulação de capital do setor agrícola, os próprios mecanismos de reprodução do capital demonstraram que as suas relações nem sempre foram harmônicas (IANNI, 1965a, 1965b, 1968). Em outras palavras, o descompasso entre o funcionamento e a organização do setor secundário se concretizou no âmbito conjuntural e na esfera estrutural, ou seja,

Em plano conjuntural, dependem do jôgo e conflito de interesses relativos à apropriação e reprodução do capital. Em plano estrutural (e, portanto, pròpriamente histórico) as contradições entre ambos são governadas pelo fato de que o setor agrário ainda é profundamente determinado pelo modelo exportador. [...] Em certo sentido, o setor agrário brasileiro ainda se encontra dominado pelo “padrão colonial”, ao passo que o setor industrial precisou realizar o rompimento parcial dêsse padrão, para firmar-se. Mais ainda, o setor secundário sòmente pôde criar-se em decorrência do enfraquecimento transitório – devido a crises, guerras, revoluções,

etc. – do sistema colonial do capitalismo. É nesse quadro que estão as razões do antagonismo entre a cidade e o campo (IANNI, 1968, p. 44).

Além do capital acumulado durante a fase agrário-exportadora, Ianni (1963) ressaltou as condições humanas que foram favoráveis à constituição de um mercado de trabalho adequado à expansão do sistema capitalista.

Tanto o movimento imigratório europeu, quanto a transformação do trabalhador escravo em trabalhador livre foram elementos decisivos na industrialização brasileira. Nesse sentido, o imigrante chegava ao país profissionalmente qualificado e com o objetivo de enriquecer e, portanto, isento do preconceito aqui existente que percebia o trabalho braçal como algo degradante. De outro modo, o trabalhador nacional não era mais parte integrante do meio de produção, haja vista que, após a abolição (1888), ele pôde vender a sua força de trabalho no mercado. Contudo, ainda que o trabalhador não fosse mais confundido com o próprio meio de produção, ele continuava sendo o produtor e o produto do sistema.⁶

Há uma diferença histórica importante que precisa ser trazida à tona, trata-se do processo de industrialização em países que desenvolveram o capitalismo clássico e naqueles que *ingressaram “tardiamente” na fase da produção industrial*. Como exemplo do primeiro tipo é possível destacar a Inglaterra. Neste país, as indústrias surgiram e se expandiram de forma gradual e contínua. Já no segundo tipo, Ianni recorreu às apreciações de François Perroux, que destacou três aspectos capazes de explicitar a singularidade do processo industrial em nações em desenvolvimento. De acordo com essas análises, nesse tipo de nação, as suas indústrias precisavam surgir em unidades de grandes dimensões para conseguirem manter certo grau de eficácia e competitividade em relação às empresas estrangeiras. Nesse sentido, os três aspectos compreendiam,

Em primeiro lugar, as unidades de produção, nos setores básicos, são de largas dimensões técnicas e exigem investimentos grandes e indivisíveis. Em segundo lugar, os investimentos necessários nesses setores comportam longos períodos de maturação, se contamos desde o momento de formulação dos projetos e reunião dos primeiros capitais até aos produtos iniciais. E em terceiro lugar,

⁶ Ianni fundamenta sua análise nas contribuições teóricas de Karl Marx.

a indústria e os conjuntos industriais se desenvolvem com base na eliminação ou redução, através da organização, das distâncias físicas que separam a matéria prima da fábrica e o diretor do operário (IANNI, 1965b, p. 63-64).

Como bem assinalou Ianni (1965b), os dois primeiros pontos estavam relacionados com a ação e o papel do Estado frente à expansão do capitalismo no Brasil, esse era o eixo principal da análise proposta em seu livro. Embora Ianni não trouxesse para o debate as abordagens de Raimundo Faoro, que foram apresentadas na obra *Os donos do poder*, cuja 1ª edição data de 1958, ele se posicionou ao lado das teses de Luiz Werneck Vianna, publicadas em 1999, no livro intitulado *Weber e a interpretação do Brasil*. Nessa obra, Vianna trabalhou com as ideias de Faoro a fim de que essas contribuíssem em sua investigação acerca das versões weberianas presentes em interpretações sobre o Brasil.⁷ Diante disso, as análises de Faoro podem servir como um contraponto teórico as teses defendidas por Ianni, em particular, à refutação da ideia de um capitalismo de Estado.

Na visão de Faoro, a derrota da oligarquia paulista na Revolução de 1930 foi o indício do retorno às raízes patrimoniais, desse modo, o Estado brasileiro representou o perfil ibérico que se impunha à sociedade civil. Em outros termos, a expansão da hegemonia cafeeira (1889-1930) teria conduzido o país a um desenvolvimento ocidental (moderno), isto é, em direção à instauração da democracia representativa e da livre iniciativa econômica, contudo, com a Revolução de 1930, se instalou um Estado autoritário, que interrompeu o avanço do setor agroexportador, passando a conduzir o país por meio do modelo de desenvolvimento oriental (atraso).

Dentro dessa linha interpretativa, o Estado brasileiro se assemelhou à cultura política do despotismo oriental, quando se considera a ausência histórica da forma clássica de transição do feudalismo para o capitalismo, tanto em Portugal quanto no Brasil.⁸ Por conseguinte, nesse último não teria se desenvolvido o espírito capitalista, tampouco a ética protestante. Irrrompendo

⁷ No entanto, deve-se ressaltar que o próprio Faoro deixou claro, através do prefácio feito para a segunda edição de 1973, que não seguiu a mesma linha de pensamento de Max Weber, embora tivesse proximidade com seu repertório analítico.

⁸ Para melhor compreensão dessa passagem, Jessé Souza esclarece que “[...] Faoro procura entender a especificidade do atraso brasileiro a partir da herança portuguesa de transplantação para o Brasil de um aparato estatal patrimonialista operante em Portugal desde a Idade Média. Na monarquia portuguesa, o rei,

um Estado patriarcal que, a exemplo do Estado oriental, abafou os interesses particulares, provocando um descompasso entre o Estado e a sociedade civil e uma confusão na fronteira entre a esfera pública e a privada (VIANNA, 1999).

Partindo dessas constatações, Souza apontou que Faoro teria identificado um

[...] “capitalismo de Estado”, o qual o Brasil herda de Portugal. O ambíguo nesse tipo de dominação patrimonial é ela contribuir, por um lado, para a estabilização e flexibilização da economia, de modo a permitir uma notável expansão de um capitalismo de tipo comercial e, por outro, impedir o lançamento das bases racionais do capitalismo industrial (SOUZA, 1999, p. 38-39).

Diferentemente da leitura de Souza (1999), a de Ianni (1965b, p. 206) sugeriu que “[...] o intervencionismo [consistia em uma] condição indispensável para que se process[asse] a industrialização de um país inserido ‘periféricamente’ no sistema capitalista mundial [...], pois, “[...] [m]uitas vêzes, são [necessárias] grandes unidades de produção, que envolvem elevados investimentos e longos períodos de construção e maturação, o que a iniciativa privada nem sempre tem condições de realizar” (IANNI, 1965b, p. 29).

Em outras palavras, o Estado brasileiro não se apresentou como o responsável pelo atraso. Pelo contrário, os elementos patriarcais, que representavam o atraso, persistiam na sociedade civil. Nesse sentido, Ianni rechaçou o conceito de capitalismo de Estado, apontando que a maneira como o Estado brasileiro se inseriu na dinamização da economia demonstrava que sua finalidade não era a obtenção de lucro, tampouco se colocar como um obstáculo ao desenvolvimento das empresas nacionais. Desse modo, o Estado no Brasil objetivou: 1) reintegrar a economia nacional no cenário internacional; 2) criar condições à acumulação, à consolidação e à expansão do capitalismo no país; 3) e, quando necessário, eliminar ou ordenar as situações críticas vigentes. Ademais, o capitalismo inexistia sem o mercado, por conseguinte, essa ideia de que o dirigismo estatal resulta em estatismo é, na melhor hipótese, contraditória.

senhor de toda a riqueza, [fosse] ela territorial ou comercial, dirig[ia] a economia nacional como se fosse coisa sua, uma extensão da casa do soberano” (SOUZA, 1999, p. 38).

O que se percebe, portanto, é que as ações estatais foram mediatizadas pelas empresas nacionais e estrangeiras que tinham enquanto horizonte a acumulação capitalista. Por sua vez, o incentivo e a ordenação governamental nas atividades econômicas envolveram duas manifestações do processo acumulativo de capital, as quais interagem, a saber: a concentração e a centralização.⁹

A acumulação capitalista realizou-se de acordo com as tendências da produção dominante, assim, o capital migrou de setor para setor, de nação para nação a fim de multiplicar-se em escala crescente. Por essas razões, as desigualdades regionais, que se formaram em países de “terceiro mundo” como o Brasil, com suas regiões Norte e Nordeste, não poderiam ser consideradas manifestações da dualidade, tampouco serem vistas como barreiras à expansão industrial, como sugere Ignácio Rangel¹⁰, pois

Essas discontinuidades são do mesmo tipo e revelam níveis diferentes de integração. São sub-sistemas que fazem parte intrínseca do todo e representam elementos necessários, ou virtuais, das expansões do todo. As economias de subsistência não são, muitas vezes, senão sub-sistemas que estiveram integrados de outro modo ao mercado, tendo regredido por causa da dinâmica interna própria desse mesmo mercado. Nêsse sentido, são reservas com as quais conta o mercado em suas expansões necessárias. Não se trata de uma integração visível nas relações entre os núcleos dominantes e os “bolsões” de subsistência, mas de uma integração estrutural, que escapa às relações de trocas ou comunicações visíveis (IANNI, 1965b, p. 77).

Além disso, as desigualdades regionais não eram exclusivas dos países subdesenvolvidos (como os latino-americanos, africanos e/ou asiáticos), também podiam ser encontradas em países com alto índice de desenvolvimento (IANNI, 1963).

⁹ Segundo Ianni, “A concentração é um processo que consiste no aumento do capital das unidades empresariais, pela capitalização da mais-valia ali produzida. Ao passo que a centralização é o processo através do qual se realiza a reunião de capitais individuais diversos em um só [...]” (IANNI, 1965b, p. 22).

¹⁰ Rangel afirma que o capital privado (cuja força dominante está no polo interno) transformou-se no capitalismo de Estado (cuja força dominante está no polo externo), sendo que a acumulação e, por conseguinte, a concentração e a centralização, fez gerar “dois brasis” estanques em seus desenvolvimentos. Há que se destacar que essa “dialética dos contrários”, tratada por Rangel, advém desde o momento em que o Brasil foi descoberto e inserido no seio da história mundial onde prevalecia o domínio do capitalismo mercantil europeu, daí originou-se a dualidade, pois nem a matriz arcaica (interna) e nem a matriz moderna (externa) desapareceram ou fundiram-se (RANGEL, 1962).

Tendo em vista a necessidade constante que o capital tinha de se expandir, a burguesia industrial nacional, ao perceber que era incapaz de avançar sozinha, aliou-se à burguesia agrária. Já, num segundo momento, especialmente a partir do programa nacional de desenvolvimento, isto é, do Programa de Metas instaurado no governo de Juscelino Kubitschek, uniu-se à burguesia internacional.

A inserção do capital externo na economia nacional provocou um clima de incertezas no âmbito da sociedade. Criou-se um questionamento em torno da autonomia do Brasil diante do controle estrangeiro, pois, de certo modo, as possibilidades de concretização de uma revolução burguesa no país se frustravam, na medida em que o país se encontrava “associado” ao capitalismo internacional.

Foi nessa configuração que ocorreu a metamorfose do capital agrícola (comercial ou financeiro) em capital industrial, a transformação do poder econômico da burguesia industrial em poder político, e também, a metamorfose do Estado patrimonial em Estado burguês. Além das transformações políticas e econômicas, é preciso ressaltar que na esfera das ideias houve o florescimento da ideologia desenvolvimentista.¹¹ Esta última abalou a hegemonia da corrente liberal que predominava entre a burguesia agrária exportadora, a burguesia voltada ao comércio exportador, assim como a burguesia internacional, vinculada à exportação de produtos primários. Dito de outra maneira, o impacto nos poderes econômico e político dessas facções burguesas, que se apoiavam na ideologia liberal, colocou em xeque o mito fisiocrata de que o Brasil era uma nação eminentemente agrícola. Por isso, Ianni (1965b, p. 115) afirmou que “o desenvolvimentismo é a ideologia burguesa” por excelência entre nós, sobretudo, que ela consiste em “uma ideologia da transição, isto é, de consolidação do predomínio da burguesia industrial”.

O fim do fenômeno populista e a conflagração do Estado colonial-fascista

A ideologia nacional desenvolvimentista foi gerada no seio do nacionalismo, assim, ela deve ser compreendida sob a mesma perspectiva de análise da ideologia getulista, haja vista que ambas

¹¹ O Plano de Metas (1956-1960) é a expressão da consolidação do desenvolvimentismo.

[...] desempenha[ra]m um papel ativo na mobilização das parcelas atuantes do proletariado. Embora tenham sido manifestações diferentes, elas ocorreram na mesma fase de transição estrutural. Uma, atuou como ideologia *para* a classe operária e, a outra, como ideologia *para* a sociedade nacional [...] (IANNI, 1965b, p. 167).

Partindo da constatação de que Getúlio Vargas possuía qualidades carismáticas adequadas ao exercício da autoridade, fato que teria colaborado para torná-lo um chefe político “extraordinário”, no sentido de incomum, “não cotidiano”, isto é, de ser capaz de romper com a tradição. Uma das principais características de seu governo foi trazer à prática o modelo de desenvolvimento nacionalista, cuja efetivação não aconteceu sem a presença de uma política de massas. Semelhante fenômeno pode ser interpretado a partir do repertório weberiano:

A dominação carismática, como algo extra-cotidiano, opõe-se estritamente tanto à dominação racional, especialmente a burocrática, quanto à tradicional, especialmente a patriarcal e patrimonial ou a estamental. Ambas são formas de dominação especificamente cotidianas – a carismática (genuína) é especificamente o contrário. A dominação burocrática é especificamente racional no sentido da vinculação a regras discursivamente analisáveis; a carismática é especificamente irracional no sentido de não conhecer regras. A dominação tradicional está vinculada aos precedentes do passado e, nesse sentido, é também orientada por regras, a carismática derruba o passado (dentro de seu âmbito) e, nesse sentido, é especificamente revolucionária (WEBER, 1994, p. 160).

Getúlio Vargas, em seu papel de líder carismático, ao perceber a expansão da classe operária e estimular o crescimento do setor industrial compreendeu a necessidade de implementar políticas trabalhistas¹², com o propósito de amenizar a pauperização

¹² Em 1931 foi instituído o Ministério do Trabalho e foi “[...] regulamentada a organização e o funcionamento dos sindicatos operários” (IANNI, 1961, p. 32). Contudo, o sindicato se estabeleceu como um órgão assistencialista com vistas a atender as reivindicações imediatas dos trabalhadores e não como um instrumento de luta política da classe. Sobretudo, configurou-se uma rede de relações políticas de cunho manipulador no âmbito sindical que foi denominado de “peleguismo”. Houve a implementação de um imposto sindical controlado pelo Ministério do Trabalho e os dirigentes sindicais eram eleitos com o aval e a fiscalização do Ministério, em consequência disso, constata-se o jogo de forças políticas por parte do governo a fim de manobrar a classe operária. Em 1940 foi criado o regime de salário mínimo. E, a partir de 1943, passa a ser vigorada a Consolidação das Leis do Trabalho. Porém, há que se considerar que a legislação vigente não foi capaz de impedir que o salário real suprisse o custo de vida da população (IANNI, 1968).

crecente e também de manter as relações de produção, em conformidade com as exigências do desenvolvimento econômico. Por intermédio de táticas populistas, Vargas transformou as reivindicações dos trabalhadores em conquistas legítimas, amenizando, desse modo, as tensões sociais.¹³

Na maioria das vezes, os operários provenientes do campo chegavam para trabalhar na cidade e encontravam uma realidade organizada em moldes capitalistas, isto é, pouco auspiciosos aos trabalhadores.¹⁴ Isso significou um choque entre o tipo de mentalidade que eles possuíam e a nova identidade, que era requerida que eles desenvolvessem para sua adaptação nesse universo. Semelhante necessidade/exigência de mudança foi propícia à formação de uma consciência de massa, o que teria estimulado Getúlio Vargas a adotar uma política de massas, que se caracterizou pela constante tentativa de ruptura com o passado (IANNI, 1965b).

Desse modo, um dos principais aspectos que demonstravam a inexperiência política do povo brasileiro foi o fato de que:

[...] O seu horizonte cultural est[ave] profundamente marcado pelos valores e padrões do mundo rural. Neste, predomina[va]m formas patrimoniais ou comunitárias de organização do poder, de liderança e submissão, etc. Em particular, o universo social e cultural do trabalhador agrícola (sitiante, parceiro, colono, camarada, agregado, peão, volante, etc.) est[ava] delimitado pelo misticismo, [pela] violência e [pelo] conformismo, como soluções tradicionais. Esse horizonte cultural [se] modific[ou] na cidade, na indústria, mas de modo lento, parcial e contraditório (IANNI, 1968, p. 57).

Devido a heterogeneidade da procedência do proletariado industrial brasileiro foi sendo construída uma consciência de mobilidade social. Nesse sentido, os proletários passaram a aderir à política de massas, conduzida pelos grupos dirigentes e, portanto, a se limitar à adoção de um comportamento individual, ou coletivo, voltado principalmente à ascensão econômica e

¹³ Antes da ascensão do presidente Getúlio Vargas ao poder, a relação entre o operariado e a burguesia era bastante conflituosa. Em contrapartida, “[...] as reivindicações na etapa iniciada em 30 se tornaram progressivamente ajustadas às exigências da preservação do *status quo*. Não se verifica uma evolução nos temas dos movimentos políticos, se confrontamos aqueles dos grevistas de 1917 com alvos preconizados no presente” (IANNI, 1961, p. 26).

¹⁴ É preciso lembrar que as técnicas capitalistas também avançaram no campo, provocando desemprego e o movimento migratório de trabalhadores para a cidade (IANNI, 1968).

social, isto é, à conduta distante das *posições e/ou diretrizes políticas autenticamente proletárias*.¹⁵ Consequentemente, esses trabalhadores se afastaram da formação de uma consciência de classe transformadora e autêntica (IANNI, 1960, 1968).

Aliar-se à classe operária parece ter sido parte de uma estratégia política importante para que a burguesia industrial conseguisse consolidar e ampliar o seu poder no Brasil. Tal burguesia se aproveitou da atuação política do proletariado para reformular suas relações com as demais classes. Nesse contexto, ela buscou elevar as poupanças e, com isso, investir no setor secundário, para controlar o circuito do capitalismo, e vencer a burguesia agrário-comercial. Desta forma, ao manter o operariado ao seu lado, a burguesia industrial se imbuíu da ideia de ser a burguesia nacional (IANNI, 1965a, 1965b, 1968).

Em congruência com a adoção do nacionalismo, como doutrina ideológica da burguesia, as forças políticas de esquerda passaram a defender a política econômica planejada pela burguesia industrial em contraposição ao “latifúndio” e ao “imperialismo”. Por conseguinte, se iludiram com “[...] [a]s reformas preconizadas pela burguesia industrial, [as quais eram necessárias ao] [...] predomínio e [à] expansão do capitalismo, [a ponto de admiti-las] [...] como uma via possível ao socialismo” (IANNI, 1965b, p. 238). Diante do exposto, é possível concluir que se “[...] [aceitou] a estatização nos mesmos termos que a corrente liberal, como uma forma de enfraquecer o capitalismo ou [de] criar condições para a socialização dos meios de produção” (IANNI, 1965b, p. 238).

Se, de um lado, a esquerda brasileira aderiu ao modelo nacionalista, de outro, é preciso recordar que ela se originou da tradição prática e teórica do marxismo-leninismo como solução revolucionária. Dessa forma, Ianni discordava do oscilante caminho escolhido pela esquerda que girava entre a opção revolucionária (marxismo) e a via da democracia getulista (reformista). Na sua visão, a esquerda estava longe de transformar a política de massas numa política de classes e sequer conseguia propor uma interpretação alternativa à política getulista (IANNI, 1968).

A partir dessa perspectiva, Ianni teceu críticas incisivas à corrente marxista da esquerda:

¹⁵ Ianni destaca a presença do mito do *self-made man* no horizonte ideológico do proletário em convergência ao mito de *Fare L'America*, sendo que esse último era específico dos imigrantes italianos.

Realiza-se novamente a neutralização do entendimento dialético, como o faz também a sociologia. Incorpora-se o ponto de vista crítico sem incorporar-se a atividade crítica. Ou melhor, reduz-se a atividade crítica, como atividade prático-teórica, às exigências de expansão do sistema capitalista de produção. Aproxima-se o otimismo burguês e a consciência de mobilidade do proletariado, numa fase de intensa diferenciação interna do mundo da produção como um todo (IANNI, 1965b, p. 244-245).

Assim, por estar impregnada pela ideologia nacionalista, predominou entre a esquerda brasileira dois pressupostos básicos: 1) que o nacionalismo era o princípio fundamental para unir forças e impulsionar o avanço econômico e político do país; e 2) que era possível uma aliança com a 'burguesia nacional', sob a hegemonia dos trabalhadores, para se chegar ao socialismo. Essa última ideia foi difundida no Brasil, especificamente, pelos comunistas (MIGLIOLI, 1996, p. 160).

É interessante refletir sobre a avaliação que Ianni realizou a respeito do papel da burguesia industrial. Num primeiro momento, ele revelou uma crítica contundente acerca da postura da burguesia diante do proletariado e, com isso, buscou enfatizar a posição dócil e manipulável na qual a classe trabalhadora se encontrava diante da burguesia. Esta, por sua vez, recorria ao nacionalismo como *um poderoso instrumento de engodo* para manobrar as massas segundo o seu interesse de classe.¹⁶ Já na obra *Estado e capitalismo* (1965a), Ianni reavaliou as atitudes políticas da burguesia, procurando compreender a capacidade flexível dessa classe para realizar alianças, nesse sentido,

É importante observar, pois, que a consciência burguesa não é definitivamente rígida nem falsa, como se fôra incapaz de absorver experiências, renovar suas orientações, submeter-se a críticas. Por meio da incorporação das experiências próprias e alheias, acumuladas [de forma integrativa], e através dos desenvolvimentos das ciências sociais, em especial a economia política – inclusive em face do marxismo e do regime socialista – a consciência da burguesia industrial ganha nuances e revela flexibilidade (IANNI, 1965b, p. 234).

¹⁶ Essas análises foram elaboradas em seu livro *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil* (1963).

Em face da situação histórica e ideológica configurada, Ianni percebeu que, tanto no horizonte ideológico da classe operária, quanto no de alguns setores da burguesia ocorreu a reificação¹⁷ do Estado, pois o aparelho estatal, além de ser pensado como se fosse um órgão que deveria realizar os seus objetivos de classe (em particular, essa era a expectativa do proletariado), também era avaliado como o centro das decisões. Ou seja, enquanto tendo a capacidade de promover situações econômicas, sociais e políticas de inovação ou estabilidade, de progresso ou estagnação. Portanto, a visão que contemplou o Estado como um ente com vida e vontade próprias causou certa confusão a respeito daquilo que a burguesia esperava de uma postura estatal, esta oscilava entre um Estado participativo e interventor, à medida que o reconhecia como necessário para assegurar o crescimento econômico do país, e um Estado neutro, pois, às vezes, temia-se que ele assumisse as características do Leviatã, definido por Hobbes (IANNI, 1965b).

¹⁷ O conceito de reificação foi trabalhado por Georg Lukács em seu livro *História e consciência de classe* (1989) durante o período em que Lukács entra numa fase marxista e utiliza-se de Hegel para melhor compreensão da dialética. Ademais, o momento histórico alemão estava marcado pelas crises políticas e pelas dificuldades econômicas. Nesse ínterim, ao contrapor-se às formulações teóricas da II Internacional, Lukács buscava interpretar o marxismo no sentido de uma metodologia orientada para a compreensão do universo social do capitalismo e também pretendia conceber o marxismo como um mecanismo através do qual se pudesse convocar a consciência social para transformar radicalmente o capitalismo. Além de confrontar com o que ele denomina de “marxismo vulgar” da II Internacional, ao longo do livro reporta críticas a Max Weber, haja vista que “[...] certas tematizações weberianas – por exemplo, as questões referentes à burocratização da vida capitalista, à eficácia social e racional dos agentes sociais, etc. – são retomadas por Lukács” (NETTO, 1981, p. 41). Na tentativa de fazer um paralelo com o significado atribuído por Octavio Ianni ao termo reificação com as análises de Lukács, poder-se-ia apontar algumas semelhanças na abordagem desses dois intelectuais. Ambos enfocam em suas análises a transição para o capitalismo industrial e atentam para a formação da consciência dos homens diante desse processo. Porém, no que se diferenciam, ao perceber os aspectos singulares de desenvolvimento do Brasil dentro do contexto do capitalismo mundial, Ianni destaca a importância do Estado no avanço da industrialização da nação. Por outro lado, ao estudar os aspectos mais gerais do desenvolvimento capitalista, Lukács atem-se à mercadoria e ao fetiche dessa na consciência dos homens. Assim, pode-se encontrar em *História e consciência de classe* (1989) conceitos como objetividade e subjetividade, fragmentação e totalidade, mecanização e racionalização do trabalho, a explicação do fenômeno da reificação. Grosso modo, o termo reificação pode ser sintetizado no trecho a seguir: “[...] estas formas do capital (*capital mercantil, papel do dinheiro como aforro ou como capital financeiro, etc.*) [...] só podem, pois, ser compreendidas a partir da essência do capitalismo industrial, mas, na consciência do homem da sociedade burguesa, surgem como formas puras, autênticas e não falsificadas do capital. Para a consciência reificada, estas formas do capital transformam-se necessariamente nos verdadeiros representantes da sua vida social, precisamente porque nelas se esfumam (a ponto de se tornarem imperceptíveis e irreconhecíveis) as relações dos homens entre si e com os objectos, relações essas que se encontram ocultas na relação mercantil imediata. O caráter mercantil da mercadoria, a forma quantitativa abstracta da possibilidade de calcular, aparecem aqui na sua forma mais pura; esta forma torna-se, pois necessariamente, para a consciência reificada, a forma como se manifesta a sua própria imediatez que, como consciência reificada que é, não tenta superar, antes pelo contrário, se esforça por fixar e eternizar, ‘aprofundando cientificamente’ os sistemas de leis susceptíveis de serem apreendidos” (LUKÁCS, 1989, p. 108). [Grifos meus J. G. B.].

No que diz respeito ao aspecto econômico, Octavio Ianni propôs a separação do desenvolvimento brasileiro em quatro modelos que se sucederiam e coexistiriam, a saber: 1) o modelo de exportação, que caracterizou a economia brasileira nas três primeiras décadas do século XX; 2) o modelo de substituição de importações, que se desenvolveu aceleradamente de 1930 a 1962; 3) o modelo de desenvolvimento econômico associado, que foi configurado com o golpe de 1964; 4) por fim, o modelo socialista, que não foi levado à prática.

Diante desse quadro, o fulcro da pesquisa de Ianni passou a ser a análise dos motivos políticos e econômicos que culminaram no fim do fenômeno populista¹⁸ e na instauração do Golpe de militar de 1964, pois esses acontecimentos estabeleceram o que pode ser entendido como dependência estrutural no Brasil. Assim, a principal inquietação de Ianni compreendeu a forma pela qual o país estava conduzindo o seu desenvolvimento¹⁹, nesse sentido, ele asseverou que “[...] [u]m país subdesenvolvido somente ingressa na era da civilização industrial quando alcança a autonomia política e econômica. E a autonomia somente ocorre mediante a ruptura político-econômica com a sociedade tradicional e com o sistema internacional dominante” (IANNI, 1968, p. 7).

Na ótica de Ianni foi durante o Governo de Vargas e, posteriormente, no de Jânio Quadros, que houve a possibilidade real de ruptura com a dominação político-econômica externa. A democracia getulista, o dirigismo estatal, o nacionalismo e os movimentos de massas foram essenciais para a consolidação da autonomia do Brasil. Além do fato de as condições internas terem sido favoráveis, há que se considerar as próprias contradições e crises do capitalismo mundial, presentes entre os anos de 1914 a 1964.

Apesar de o presidente Juscelino Kubitschek ter dado continuidade a algumas diretrizes políticas que foram fundamentais durante a gestão de Getúlio Vargas, como a política de massas e o

¹⁸ Recentemente a teoria do populismo foi revista por diversos autores, seja de modo sistemático ou de forma tangencial, dentre eles pode-se citar Maria Helena Capelato, Ângela de Castro Gomes, E. Laclau, Luiz Werneck Vianna, O. Dulci, Frederico Neiburg. Porém, dos autores que consultamos Aggio et al. (2002), Andrade (2000), Vianna (1999), ou não abordam os estudos de Octavio Ianni ou apenas se referem ao seu livro *A formação do estado populista na América Latina*, de 1975. Em virtude disso, uma interlocução mais aprofundada com esses autores, ainda que seja importante, iria afastar-se da proposta desse artigo.

¹⁹ Essa questão foi tratada em seu livro *O colapso do populismo no Brasil*, escrito entre julho de 1966 a outubro de 1967, sendo publicado em 1968.

incentivo ao crescimento econômico do país; Kubitschek passou a estimular a entrada do capital estrangeiro na economia brasileira. Com isso, pode-se afirmar que Kubitschek conciliou muito bem o modelo getuliano (desenvolvimento econômico nacionalista) com uma política internacionalizada. Em contrapartida, após esse momento “[...] instaurou-se, de modo agudo, o antagonismo entre o padrão getuliano e nacionalista de desenvolvimento, por um lado, e o padrão de desenvolvimento associado e dependente, por outro” (IANNI, 1968, p. 10).

No plano econômico, o modelo de desenvolvimento associado e dependente tomou forma através do Plano de Metas implantado por Juscelino Kubitschek. Na esfera política, esse modelo de internacionalização se efetivou com o Governo do Marechal Humberto Alencar Castello Branco, a partir de 1º de abril de 1964.

A ideologia desenvolvimentista preconizou a dinamização das forças produtivas, ao defender a autonomia econômica e independência política. De outro modo, após o golpe de 1964, as diretrizes da ideologia da modernização foram colocadas em prática. Essa ideologia primou pela garantia do *status quo* e pela facilitação do *funcionamento dos processos de concentração e centralização do capital*.

Enquanto política externa, o modelo de modernização da sociedade brasileira foi representado pela doutrina da interdependência. No âmbito interno, esse modelo foi simbolizado pela doutrina de reversão de expectativas. Ambas as doutrinas se “[...] destina[ram] a realizar a reintegração dos poderes político e econômico, consolidando a hegemonia da classe dominante” (IANNI, 1968, p. 213). Então, dentro da concepção da doutrina de interdependência, tornou-se natural e desejável uma política econômica externa que estimulasse a competição e a cooperação entre as empresas nacionais e internacionais, pois o Brasil precisava eliminar o “complexo de inferioridade”, algo que, segundo alguns estudiosos, estava presente na linha nacionalista de uma aliança para o progresso²⁰:

[...] o “sacrifício” de empresas brasileiras [foi] encarado pelos governantes como um resultado inevitável do confronto entre diferentes mentalidades empresariais e capacidades técnicas das

²⁰ Esse era o programa de reformas para a América Latina que fora apresentado por John Kennedy a fim de que os governantes desses países não se enveredassem pela via revolucionária de Fidel Castro (MIGLIOLI, 1996, p. 166).

organizações. Essa [era] a perspectiva com a qual se [enfrentava] o crescimento dos índices de falências e concordatas de empresas brasileiras; ou a associação destas com empresas estrangeiras (IANNI, 1968, p. 195).

No que diz respeito à política de reversão de expectativas, Castello Branco instaurou um programa de reformulação nas instituições econômicas e financeiras, políticas e educacionais, a fim de realizar a reintegração dos poderes político e econômico, que foram dissociados entre os anos de 1961 a 1964, além de “[...] ajustar as expectativas e ideologias das diferentes classes sociais ao *status quo*” (IANNI, 1968, p. 190). De acordo com essa assertiva, Ianni direcionou a sua análise para a compreensão das condições que desencadearam o colapso do populismo²¹ e a conflagração do golpe de Estado. Nessa via, o autor elencou três fatores considerados decisivos para a efetivação do colapso da democracia getulista:

[...] Primeiro, o progresso econômico estêve em vias de conduzir o Brasil à condição de uma potência independente, com ascendência sobre a América Latina e a África. Segundo, a política de massas e o nacionalismo esquerdizante começavam a ameaçar o poder político burguês. Terceiro, os Estados Unidos da América do Norte assumiram plenamente a liderança do mundo capitalista e acertaram uma espécie de “Tratado de Tordesilhas”, um compromisso tácito com a União Soviética, ficando a América Latina sob a sua égide (IANNI, 1968, p. 10-11).

Ademais, esses fatores estiveram relacionados com a substituição da política nacionalista getulista pelo modelo de desenvolvimento associado, estabelecido por Juscelino Kubitschek. Todavia, é preciso ressaltar que o movimento populista só terminou com o golpe de 1964, o qual conduziu Castello Branco à presidência do país.

Na leitura de Ianni, o populismo foi um movimento político marcado pela presença constante de crises, no cerne de seu

²¹ Ianni estende a explicação do fenômeno do populismo às manifestações que vão além do varguismo, na verdade elas também podem ser emblematizadas na figura de líderes provenientes do povo ou de personalidades carismáticas (em sua maioria demagogas) que controlavam os aparelhos burocráticos dos partidos e conduziam a política de massas. Mas, sobretudo, o populismo deve ser analisado como um movimento político que direcionou os rumos de uma política econômica governamental para a concretização de uma nação industrializada e moderna.

próprio esteio, isto é, no centro da política de massas residiu sua própria contradição. Em outros termos, o governo sofreu pressões de grupos conservadores que contestaram o seu elo com a classe assalariada, ou seja, que discordaram do fato dessa classe ser usada como barganha política da burguesia industrial para o seu próprio crescimento no mercado.

Seguindo o argumento de Ianni, o populismo também lidou com a resistência da classe operária, que desenvolveu sua politização devido aos movimentos nacionalistas, às lutas anti-imperialistas, aos debates pelas reformas de base; e às campanhas eleitorais (municipais, estaduais e federais). Já em relação à burguesia industrial, grupo envolvido com o populismo, também é importante lembrar que suas atitudes foram sempre ambíguas no jogo da política de classes. Ianni denominou esse jogo de aliança de contrários, pois somente funcionava bem em “épocas normais”, sendo que, nos períodos de crise, seus antagonismos floresciam com opulência.

A despeito das crises²², Ianni destacou o ano de 1962 como o último no qual o Brasil progrediu economicamente, tendo em vista que a partir de 1963 houve uma aceleração no processo inflacionário. Em consequência disso, emergiu um clima de reivindicações políticas por parte dos trabalhadores que lutavam pelo aumento de seus salários. Inserida nesse ambiente de manifestações e greves, a classe operária se politizou e se organizou em sindicatos e partidos populistas e de esquerda.

Somou-se a crise econômica nacional, a crise do poder político brasileiro que se fez sentir a partir do ano de 1961. Outro fator que desencadeou o processo de politização das massas foi a renúncia do Presidente Jânio Quadros.²³ Tal episódio provocou um movimento de resistência popular que parece ter influenciado Ianni a afirmar que o golpe aplicado contra Jânio, sob o artifício de renúncia, não foi levado até o fim.

Foi dessa forma que o Vice-Presidente João Goulart assumiu o governo. Entretanto, Jango era reconhecido pela direita, e por determinados setores militares, como o símbolo do “[...] perigo d[e] radicalização política e [da] ameaça da emergência do comunismo [...]”, em virtude disso, a sua posse foi realizada

²² Ianni se refere a elas como crises do poder burguês.

²³ Jânio Quadros assumiu a presidência em janeiro de 1961 em decorrência da denúncia de Carlos Lacerda sobre o suposto golpe de Jânio, arquetizado para ampliar seus poderes e ter maior liberdade diante do parlamento. Quadros renunciou à presidência da República em 25 de agosto de 1961.

mediante a limitação de seus poderes. Desse modo, o Congresso aprovou a transformação “[...] do sistema de governo brasileiro presidencialista em parlamentarista. Essa estratégia teria facilitado o controle político do presidente por parte dos diversos grupos de interesses que compunham os estratos privilegiados da sociedade” (AGGIO et al., 2002, p. 65-66).

Jango se utilizou de sua força política entre as massas para pressionar os setores políticos conservadores a fim de que esses desbloqueassem as suas ações governamentais. Então, em 1962, o presidente anunciou um conjunto de *Reformas de base*, relativas às esferas tributária, educacional, agrária e eleitoral, encontrando no Congresso o apoio da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) que consistia num pacto político interpartidário entre parlamentares de esquerda. Em janeiro de 1963, Goulart conseguiu realizar um plebiscito que decidiu pelo retorno ao sistema de governo presidencialista, assim, foram restituídos maiores poderes ao presidente e o tema das reformas passou a ganhar força popular.

Com o intuito de sanar a condição desastrosa na qual se encontrava o sistema financeiro governamental, Celso Furtado elaborou o Plano Trienal. No entanto, esse plano não teve êxito, tendo em vista a inviabilidade “[...] de conciliar a contenção de gastos do setor público e o apelo ao ‘aperto dos cintos’, previstos pelo Plano, com a cooperação popular para a sua efetivação” (AGGIO et al., 2002, p. 67).

Por não ser possível contar com o apoio parlamentar para colocar em prática suas propostas de reforma, João Goulart decidiu realizá-las por meio de decretos do executivo. Visando demonstrar a legitimação de sua popularidade, realizou grandes comícios para mobilizar a população e anunciar as reformas. Assim, em 13 de março de 1964, Jango realizou o primeiro comício que contou com a participação de 150 mil pessoas no Rio de Janeiro. Nessa ocasião foram anunciadas medidas que causaram o temor da elite e dos setores conservadores da sociedade brasileira. Em resposta ao governo, esses grupos organizaram um movimento contestatório, dirigido especialmente pela classe média, sendo um dos seus atos a “Marcha da família com Deus pela liberdade”, ocorrida dez dias antes do golpe.

Octavio Ianni atribuiu a adesão da classe média às soluções autoritárias ao fato de essa classe, desde os “momentos áureos” da política de massas, ter sido conduzida para esse fim, ou seja,

para a opção autoritária. Dessa forma, “[...] [e]m boa parte, o ademarismo, o janismo e o lacerdismo são manifestações da política de massas no seio da classe média” (IANNI, 1968, p. 137). Considerando suas opções políticas: ademarista, janista e lacerdistista, parece que o horizonte cultural e mental da classe média estava tomado pelos valores e padrões da classe dominante. Isso explica seu rechaço aos movimentos de luta das camadas populares. Esse quadro se agravou, à época, em virtude da postura de João Goulart, que ao pretender aumentar o salário mínimo em 93,5%, possibilitaria uma relativa ascensão dos trabalhadores assalariados e, conseqüentemente, uma proletarização de amplos setores da classe média.

Mas, não foi apenas a classe média que se incomodou com as diretrizes políticas encaminhadas por seu governo e pela crise econômica vigente, os militares também reagiram politicamente a esses acontecimentos. Em realidade, o que ocorreu foi um processo de militarização da política, pois em situações de “normalidade” o poder militar e o poder político são governados por normas e valores distintos, porém, em momentos críticos, eles se confundem:

Em verdade, a crescente militarização da política é o resultado do aguçamento das tensões e contradições entre grupos e classes sociais, em luta pelo poder. Êsse processo se torna tanto mais rápido e fácil quanto menos desenvolvidas e efetivas são a ordem democrática e a opinião pública. A militarização da política em geral é uma forma não democrática de exercício de poder. São o “artificialismo” dos partidos políticos e a fragilidade da consciência democrática dos políticos profissionais e dos cidadãos que favorecem a transformação das forças militares em partido político (IANNI, 1968, p. 144).

O que se apresenta é o temor dos militares em relação às atitudes de Goulart, consideradas subversivas devido ao seu envolvimento com o sistema sindical (que havia se desprendido um pouco das amarras da prática do peleguismo) e com grupos políticos nacionalistas e de esquerda. Por isso, o que se receava era uma *guerra revolucionária* que fosse capaz de instaurar uma *República Sindicalista*.

De fato, Ianni afirmou que após terem se esgotado as possibilidades das etapas do modelo getuliano de desenvolvimento,

abriu-se caminho para a efetivação de duas alternativas: 1) a reintegração plena no capitalismo mundial (o modelo internacionalista) ou 2) a revolução socialista. A opção revolucionária tornou-se viável devido ao enfraquecimento do poder da burguesia, diante das crises política e econômica, além da rápida e ampla participação política das massas assalariadas urbana e rural.²⁴

É importante recordar que a politização crescente dos trabalhadores incomodava a classe dominante, que chegou a unir forças entre seus diversos segmentos, isto é, se aliaram as burguesias industrial, agrária, financeira e comercial contra a possibilidade de uma insurgência revolucionária por parte do proletariado. Ao diferenciar ruptura revolucionária e ruptura reformista da ideia de golpe de estado, Ianni percebe que:

[...] O *golpe de estado*, na grande maioria dos casos, é uma reação contra as soluções revolucionárias ou reformistas, em andamento ou projetadas. Por isso, envolve a restauração e o endurecimento de estruturas arcaicas. Isto é, o golpe de estado sempre inaugura um estilo de poder autoritário e implica na cristalização da estrutura de apropriação (IANNI, 1968, p. 8).

Destarte, nem a via revolucionária (socialista), tampouco a reformista (capitalismo nacional) assumiram formas concretas no sentido de uma ruptura, pois, sob a égide da doutrina de interdependência e em nome da segurança nacional e estabilidade social, foi conflagrado o Golpe de Estado em 1964. Nesta perspectiva, Ianni (1968, p. 54) assevera que fora inaugurado um regime colonial fascista nesse ano, pois é restaurado, em certo sentido, o “[...] modelo inicial – como padrão colonial – em termos novos”.

A denominação colonial foi utilizada devido ao fato dos militares terem conduzido o desenvolvimento econômico e político do país para uma relação de dependência estrutural com os Estados Unidos da América do Norte. Com isso, Ianni chamou a atenção para o fato de ser esse o retrato do subdesenvolvimento e do anacronismo efetivados no Brasil, numa época em que a hegemonia estadunidense estava em crise, em virtude das disputas políticas, econômicas e ideológicas que marcaram a Guerra Fria. Já a qualificação de fascista foi decorrente das

²⁴ Não se pode deixar de ressaltar a luta pela reforma agrária que “[...] funcionava como um meio para fazer crescer a força do ‘trabalhismo rural’” (IANNI, 1968, p. 222).

manifestações políticas, culturais e ideológicas, criadas durante o período do populismo, terem sido destruídas pelas mãos do autoritarismo, assim, “[...] [e]m nome da ‘purificação’ (ou modernização) do sistema político-econômico brasileiro, cri[ou]-se uma *cultura do fascismo*” (IANNI, 1968, p. 224).

Diante desse cenário, Ianni (1968, p. 224) afirmou que “[...] [n]o quadro de uma economia estagnada, desenvolve[u]-se também a estagnação política. [...]”. Partindo de seu texto *Democracia e progresso*, de 1965, é possível compreender a razão pela qual esse autor trouxe à cena os questionamentos da associação de nações subdesenvolvidas aos países industrializados, pois no processo de industrialização tanto a estrutura do poder político quanto a estrutura econômica foram marcadas por contínuas instabilidades. Desse modo, foi constantemente recolocada a possibilidade de se seguir o caminho socialista ou de se concretizar o desenvolvimento capitalista; de se estabelecer a democracia ou de se implementar a ditadura no país. Logo, a questão fundamental passou a ser como concretizar a *associação entre desenvolvimento e liberdade*, isto é, como estabelecer os *vínculos entre a democracia e o progresso* (IANNI, 1965a).

BRITO. J. G. de. State and development in the thought of Octavio Ianni. *Perspectivas*, São Paulo, v. 48, p. 155-181, jul./dez. 2016.

■ **Abstract:** *This article analyzes the studies of the sociologist Octavio Ianni about the conception of Brazilian development from the 1930s to the 1960s. For this, he emphasizes the transition process from agrarian-export capital to urban-industrial capital, considering the changes and resulting permanencies. Thus, the article contemplates the way in which the patriarchal State became a bourgeois State, suggesting that the nature of this state, which has metamorphosed, understood the dynamization of the country's industrialization, after 1930. The political, economic and ideological motives that culminated in the collapse of populism and the 1964 state conflagration are also analyzed.*

■ **Keywords:** *Octavio Ianni. Political thought. State. Civil society. Populism. Industrialization. Development.*

Referências

AGGIO, A. et al. *Política e sociedade no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Annablume, 2002.

ANDRADE, C. R. O conceito de populismo nas Ciências Sociais latino-americanas. *Estudos de História*, Franca, v. 7, n. 2, p. 69-84, 2000.

CARDOSO, F. H.; IANNI, O. As exigências educacionais do processo de industrialização. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 26, p. 141-168, nov./dez. 1959.

IANNI, O. Fatores humanos da industrialização no Brasil. *Revista Brasiliense*, São Paulo, v. 30, p. 50-66, jul./ago. 1960.

_____. Condições institucionais do comportamento político operário. *Revista Brasiliense*, São Paulo, v. 36, p. 16-39, jul./ago. 1961.

_____. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. (Retratos do Brasil, v. 19).

_____. *Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965a. 270p.

_____. (Org.). *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965b.

_____. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (Retratos do Brasil, v. 70).

LUKÁCS, G. A reificação e a consciência do proletariado. In: _____. *História e consciência de classe*. Estudos de dialética marxista. Rio de Janeiro; Portugal: Elfos; Publicações Escorpião, 1989, p. 97-126. (Biblioteca Ciência e Sociedade, v. 11).

MIGLIOLI, J. Estado e burguesia no Brasil nas décadas de 1950 e 1960. In: CRESPO, R. A; FALEIROS, M. L. (Orgs.). *Humanismo e compromisso: ensaios sobre Octavio Ianni*. São Paulo: UNESP, 1996.

NETTO, J. P. (Org.). *Lukács*. São Paulo: Ática, 1981. (Grandes Cientistas Sociais, v. 20).

RANGEL, I. A dinâmica da dualidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. II, n. 2, jul. 1962.

SOUZA, J. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. In: _____ . (Org.). *O malandro e o protestante. A tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: UnB, 1999. p. 17-54.

VIANNA, L. W. Weber e a interpretação do Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 53, p. 33-47, mar. 1999.

WEBER, M. *Economia e sociedade*. Fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 1994. v. 1. e v. 2.

